

30º Encontro Anual da ANPOCS, 24 a 28 de outubro de 2006.

GT 12: Migrações internacionais em perspectivas comparadas

*Memórias da imigração japonesa no Brasil: A ideologia do retorno às origens no contexto da emigração de kassegui ao Japão.**

Fábio Kazuo Ocada **

* Trabalho de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida de Moraes Silva.

** Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da FCL-UNESP, campus de Araraquara.
<fabiokazuoocada@hotmail.com>

Introdução

Desde meados da década de 1980 e, sobretudo, durante a década de 1990, o advento da emigração dos chamados trabalhadores *dekassegui*, ao Japão, repercutiu sobre praticamente todas as famílias de ascendência japonesa, residentes no Brasil. Segundo os dados fornecidos pela imprensa, em 1991¹ havia 150 mil brasileiros trabalhando no Japão. Um ano mais tarde, em 1996,² o número havia se elevado para 170 mil; no ano seguinte, em 1997, dos 220 mil descendentes de japoneses residentes no Japão, 180 mil eram brasileiros³. No ano de 2003,⁴ o contingente de trabalhadores brasileiros havia atingido a marca de 268 mil. Convém salientar que, estes números não são precisos, uma vez que não incluem os *isseis* (imigrantes de primeira geração), nem os *nisseis* (a segunda geração), possuidores de dupla cidadania, pois ambas as categorias entram no país com o passaporte japonês, impossibilitando a quantificação destes imigrantes. Ainda assim, a análise destes dados quantitativos permite acompanhar, desde o início do processo, um desenvolvimento crescente da comunidade brasileira no Japão, contrariando a suposição de que se trata de um fenômeno transitório.

Os japoneses empregam o trinômio “3K” para designar o tipo de tarefa reservada a estes trabalhadores: *Kitanai* (sujo), *Kiken* (perigoso) e *Kitsui* (pesado). Com o passar do tempo, os próprios brasileiros erradicados no Japão, acrescentaram outros dois Ks: *Kibishii* (severo) e *Kirai* (detestável), tornando-se, a partir de então, 5Ks. Assim, conhecer de um modo mais aprofundado as razões que levam milhares de descendentes de imigrantes japoneses a deixarem o Brasil e atravessarem o globo, para assumirem aqueles postos de trabalhos desqualificados, considerados sujos, perigosos e pesados, constitui o objetivo deste trabalho de investigação. Portanto, para o entendimento deste trabalho de pesquisa no transcorrer de sua leitura, é preciso considerar o fato de que o autor deste estudo pertence à geração de netos dos imigrantes japoneses – os chamados *sansei* –; e vivenciou, no início

¹ “O povo da diáspora”, revista *Veja* 7/8/1991: 37.

² “Nossa gente lá fora”, revista *Veja* 3/4/1996: 27.

³ Dados fornecidos por Mário Mizukami, *chairman of board* do Instituto de Pesquisa do Long Term Credit Bank of Japan, no Simpósio “10 anos do fenômeno *dekassegui* e suas perspectivas futuras”, realizado em 1/11/1997 em São Paulo (apud Sasaki, 1999).

⁴ Dados fornecidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), citados pela Associação Brasileira de Dekasseguis (ABD), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em sua primeira pesquisa aplicada sobre trabalhadores *dekassegui*, no Brasil e no Japão. (*Jornal Nippo-Brasil*, junho de 2004).

da década de 1990, o momento em que o fenômeno migratório passou a fazer parte de seu contexto familiar, tornando-se uma realidade cotidiana efetiva.

Assim, dentro do contexto das migrações internacionais iniciadas nas últimas duas décadas do século XX, o presente estudo propõe uma ampliação do entendimento acerca deste fenômeno migratório internacional, com o propósito de trazer à luz do conhecimento as motivações historicamente constituídas que norteiam esta emigração atual rumo ao Japão. Com este propósito, foram incorporadas nesta pesquisa, além da análise dos relatos de trabalhadores e trabalhadoras em idade produtiva, as recordações de duas gerações – *issei* e *nissei* – de mulheres idosas, destas famílias de imigrantes japoneses. Mediante o emprego da história oral e da memória, enquanto método e técnica de pesquisa, tornou-se possível trazer à tona, tanto uma história silenciada de opressão e resistência, como também uma imagem idealizada da terra dos antepassados. Imagem, esta, que persiste ainda hoje no imaginário das novas gerações, estruturando, consciente e/ou inconscientemente, esta busca das origens no país ancestral.

Para a realização das entrevistas, tendo em vista algumas particularidades culturais presentes entre estas famílias de imigrantes japoneses, além das diferenciações de gênero e de geração, foi preciso levar em consideração as diferenciações étnicas/raciais.⁵ Logo nas primeiras tentativas de aproximação de possíveis entrevistadas, constatou-se a ocorrência de algumas recusas, além de outras formas de resistência em se conceder o relato das histórias de vida. As mulheres que se recusaram a relatar suas histórias de vida, optando pelo silenciamento, foram aquelas, escolhidas de modo aleatório, cujo vínculo com a família do pesquisador era inexistente. Visando transpor este silenciamento, optou-se por uma outra estratégia de aproximação. As mulheres a serem entrevistadas passaram a ser escolhidas segundo critérios orientados pelos vínculos existentes com o grupo familiar do pesquisador, ou seja, foram entrevistadas aquelas mulheres, ligadas à família do entrevistador por laços de parentesco e/ou amizade, residentes nas cidades de Ribeirão Preto, Araraquara, Bauru e São Paulo.

⁵ O conceito de etnicidade, ao possibilitar o entendimento relacional das formulações identitárias, dentro de uma perspectiva histórica, permitiu o desenvolvimento de uma análise da crise identitária vivenciada por estes sujeitos. O tema da etnicidade voltará a ser abordado, em diferentes momentos deste estudo, para se entender a maneira como se deu a formulação de uma identidade étnica nipo-brasileira, a partir do contato com diferentes grupos étnicos.

Outro obstáculo inicial para a realização das entrevistas, foi a completa falta de domínio, por parte do pesquisador/entrevistador, do idioma falado pelas entrevistadas (um dado bastante significativo para esta pesquisa). Para a realização destas entrevistas foi preciso, então, aprender minimamente o “japonês” falado por esta geração de mulheres idosas. Foi preciso considerar que estas pessoas carregam em seus modos de falar as marcas de suas histórias de vida. Suas falas revelam um amálgama dos idiomas da terra ancestral e do país de adoção. Não se trata da língua japonesa – o *nihongo* – em sua forma original, mas de uma língua recriada entre imigrantes de diferentes regiões do Japão, acrescidas de termos e expressões da língua portuguesa.

Assim, tendo em vista a formulação de um entendimento mais aprofundado acerca das razões que levam muitos descendentes de imigrantes japoneses a ingressar nesta corrente emigratória, o desenvolvimento deste estudo consiste numa tentativa de se compreender – através de um trabalho de reconstrução da memória coletiva – as motivações invisíveis, historicamente constituídas, que norteiam a partida de muitos trabalhadores nikkeis rumo ao país ancestral. Fundamentado, assim, na orientação de Roger Bastide: “*trata-se para o sociólogo de não se colocar fora da experiência social*”, mas, pelo contrário, de vivê-la em sua totalidade, buscando uma aproximação do objeto de pesquisa por meio de uma espécie de “*naturalidade instintiva*” (Queiroz, 1983, p.83). Para se entender as razões que levam muitos destes trabalhadores a percorrerem, nos dias de hoje, a trajetória inversa realizada por seus antepassados é preciso, portanto, considerar, além dos aspectos estruturais, os elementos inconscientes, ou irracionais, que estão presentes na sociedade. Segundo Bastide (Queiroz, 1983), uma ciência capaz de abarcar a totalidade da realidade social deve buscar reproduzir uma imagem destes elementos, recorrendo aos mais variados métodos.

Os primeiros momentos da imigração japonesa ao Brasil

Visando a reconstrução da memória coletiva do grupo, com o objetivo de conhecer as motivações subjetivas que perpassam a emigração de trabalhadores *dekassegui* ao Japão, inicia-se aqui a análise de alguns fragmentos dos relatos obtidos ao longo da realização do trabalho de campo. Um entendimento aprofundado acerca da emigração atual de descendentes nikkeis ao Japão deve levar em consideração a história dos imigrantes

japoneses que aqui chegaram no início do século XX, seus projetos de vida, suas aspirações e frustrações, além dos valores culturais que regiam os modos de agir e se comportar frente às diversas situações experimentadas deste outro lado do mundo. Desse modo, a reconstrução da memória coletiva, a partir da junção e da análise de fragmentos de lembranças individuais, permite visualizar as duras condições enfrentadas por estas famílias, desde o início de seu longo percurso, ainda nos porões do navio. De acordo com a descrição deste primeiro relato, concedido pela **entrevistada A.**:

“... navio, naqueles tempos, diz que era assim, aqui uma camada de família, aí tinha outro, que nem prateleira, assim, outro camada de família, diz que todo mundo no navio era assim. Desse jeito, navio ruim, né! Minha mãe veio nesse [navio]...” (entrevistada A.).

Os dez primeiros navios japoneses que aportaram no Brasil, segundo Hatanaka (2002), transportavam provincianos de Fukuoka, Kumamoto, Hiroshima Fukushima, Okinawa, Kagoshima e Kochi. Com o passar do tempo, todas as províncias japonesas se integraram ao processo migratório. Nas primeiras décadas do século XX, o longo trajeto que saía de Kobe, em direção ao porto de Santos, chegava a durar mais de dois meses. O percurso, como mostra a continuação do relato da **entrevistada A.**, era torturante:

“Minha mãe quase morreu no caminho, porque ela veio grávida de outra irmã minha, mais velha do que eu. Não comeu diz que sessenta dias até chegar ao Brasil. Sessenta e não sei quantos dias... não comia porque... como que falava? Enjôo. E sofreu, sofreu, sofreu, quando pisou a terra, assim diz que tava tudo magrinha, né.” (entrevistada A.).

Após o desembarque no porto de Santos, as famílias eram novamente acomodadas em vagões de carga, e, depois de uma breve estada na Hospedaria do Imigrante, eram distribuídas pelas fazendas, ao longo do percurso. Logo nas primeiras horas de permanência em território brasileiro, os grupos imigrantes já se deparavam com a diferença do costume alimentar, como mostra o relato a seguir:

“A comida era tudo diferente. Diz que logo que [a minha família] chegou, tinha uma “Casa do Imigrante” [onde]... deram lingüiça,

daquela lingüiça defumada, diz que ninguém conseguia comer aquilo, mas não tinha outra coisa!” (entrevistada **B.**).

A partir do momento em que desembarcavam nas fazendas, os grupos eram transportados em carros de boi. De acordo com a descrição da **entrevistada A.**, ao final de um trajeto extremamente cansativo, tábuas eram fornecidas e colocadas sobre o chão para que todos pudessem dormir:

“Traziam [os imigrantes recém chegados] de trem... e chegava na última cidade, depois para entrar no sítio eles iam buscar de carro de boi. Sabe, diz que minha mãe tinha um pouco de mudança, pôs no carro de boi, e foi: “gyon, gyon, gyon” (imita o som do carro de boi), minha mãe falava: “Nossa! Que hora que vai chegar lá!”, já ficou escuro, de noite, chegou lá tinham umas casas de colono, casa de tábua, eles davam tábuas para estender no chão, todo mundo põe o futon (acolchoado japonês) em cima e dorme, tudo no chão...” (entrevistada **A.**).

Da mesma forma que as imigrações alemã e italiana, para o sul do país, a imigração japonesa para São Paulo tem o mesmo ponto de partida. No entanto, se diferencia substancialmente destas, porque se localiza no contexto sócio-econômico do circuito capitalista de São Paulo, o que, de acordo com Sakurai (2000), não ocorria na região sul. Para se compreender o tratamento dispensado a estes grupos alienígenas, num contexto capitalista, segundo Sayad (1998), é preciso considerar que um imigrante é uma força de trabalho essencialmente provisória, temporária, em trânsito, que só existe em função do trabalho que desempenha, passando a existir na sociedade que assim o denomina, precisamente, a partir do momento em que, este, atravessa as suas fronteiras. A permanência autorizada a esta mercadoria particular, que é o trabalhador imigrante, está sujeita ao trabalho. O trabalho funda a existência do imigrante, constituindo-se na única razão de ser que lhe é reconhecida. Segundo a **entrevistada A.:**

“[Nós cuidávamos]... do café do patrão, cuidar, plantar, tratar, colheita de café, tudo do patrão.” (entrevistada **A.**).

Convém salientar que este trabalho destinado ao imigrante, não é qualquer tipo de trabalho, mas aquele que o “*mercado de trabalho para imigrantes*” lhe atribui e no lugar

específico que lhe é determinado. Com o passar do tempo, este tipo de mão-de-obra deixa de ser complementar, para se tornar uma necessidade estrutural do sistema. Nas percepções coletivas, observa Sayad (1998), só se aceita abandonar o universo familiar ao qual se pertence, com a condição de se convencer de que isso não passa de uma provação passageira por definição, que comporta em si mesma sua própria resolução. É o que mostram os relatos a seguir, das **entrevistadas A. e C.:**

“[Meu pai]... diz que deixou quarto, tudo dele lá, casa dele lá, não trouxe nada, nada, nada, nem o futon (acolchoado), não trouxe. Comprou makura (travesseiro) em Kobe... onde embarca, né, e veio. Disse que: “Ah! Brasil não precisa! Brasil calor! Atsui tokoro (lugar quente), não precisa futon!” (entrevistada A.).

A impressão transmitida pelo relato é que se tratava de um breve período de ausência, a casa, o quarto, todo espaço familiar e todos os objetos deixados para trás, sugerem que o seu proprietário voltaria algum dia para reavê-los, fato que nunca ocorreu. Na visão idealizada da emigração tende-se a crer numa outra verdade, que a identificaria com o êxito, com a realização e com a felicidade certa, como é possível observar a seguir:

“Quando meu pai veio para o Brasil, ele falava que em cinco anos, dez anos a gente voltaria para o Japão. Meu irmão estava no sexto ano do primário, quando saiu da escola. Diz que a professora, sabendo que [viríamos] para o Brasil, pediu ao meu irmão para que dissesse algumas palavras para o resto da turma. Meu irmão falou assim: “Vamos ficar dez anos [no Brasil] e trazer muito dinheiro!”, a professora ficou brava e disse que não era para falar assim... (risos)” (entrevistada C.).

No entanto, a realidade encontrada por estas famílias em nada correspondia com as suas expectativas. Segundo as falas das **entrevistadas D. e B.:**

“Meu pai quando veio aqui no Brasil... japonês mesmo era muito pouco... tinha aquele boato que meu pai contava, que quando vinha no Brasil tinha dinheiro até no chão, o pessoal comentava, então ele veio... para ver, mas diz que quando chegou era completamente...

*diferente do que ele pensava... ele comentava assim com a gente que ele passou fome, que ele passou frio...” (entrevistada **D.**).*

A propaganda emigratória da época fazia referência às amenidades climáticas do país, o que se tornou um incentivo ainda maior, para que o chefe da família da **entrevistada B.** optasse pela vinda ao Brasil. Pegos de surpresa pelas noites frias do interior paulista, as imagens, do acolchoado (*futon*), do cobertor (*mofu*) e do mosquitoieiro (*kaya*), transformam-se em marcos da memória (presentes também nas falas de outros entrevistados) e revelam o desamparo, a desinformação e o despreparo, destas famílias, frente às condições reais com as quais foram confrontadas:

*“Ah, eles (referindo-se aos pais) sofreram muito, porque eles estavam bem no Japão! Mas a minha mãe tinha um irmão mais velho [que] era muito fraco, então estava sempre doente, aí diz que falaram assim, que se ficassem no Japão ele acabaria morrendo. Aí venderam tudo que tinha e vieram para cá, porque falou que no Brasil diz que era muito quente e não fazia frio. Diz que não trouxe nada, nem o futon (acolchoado), nem mofu (cobertor), trouxe só alguma coisa! Mas diz que passou tanto frio! (risos) Diz que quando a minha mãe ficou doente, tem aquele kaya (mosquiteiro), diz que ela deitou e estava frio demais e ela sonhou que estava com o futon, aquele bem grosso assim, e quando viu, diz que ela estava coberta com kaya! (risos) Ah sofreram muito né!” (entrevistada **B.**).*

As adversidades encontradas nas condições de moradia, nas relações com patrões, imigrantes de outras nacionalidades e intérpretes, as frustrações dos sonhos e as dificuldades no trabalho, resultaram num conjunto de reivindicações que levaram pequenos grupos de imigrantes à greve.⁶ As famílias logo perceberam que haviam sido vítimas de um engodo. Cada vez mais endividados, tornavam-se “escravos” das fazendas, trabalhando, muitas vezes, apenas em troca de comida. A forma mais comum de aprisionamento empregada pelos patrões dava-se através do endividamento nos armazéns das fazendas. A realidade encontrada por estas famílias em nada se assemelhava com o que haviam dito os

⁶ Embora não tenha sido uma prática generalizada, a greve foi empregada como mecanismo para pressionar os administradores das fazendas, proprietários e também intérpretes (Ennes, 2001).

agenciadores, no Japão. As fugas noturnas das fazendas – o *yonige* – tornaram-se práticas usuais. Na perspectiva da **entrevistada B.**, tratava-se de uma grande “mentira”:

“... muitas famílias... fugiam da fazenda (risos). É porque acho que não agüentava né, não era como os... [agenciadores] falavam, tudo mentira! Disseram que o Brasil não era um país frio; dois três anos e ganhariam um monte de dinheiro; quem quer voltar para o Japão poderia voltar, nossa, que nada né! Não era nada disso! Era tudo diferente!” (entrevistada B.).

Por meio das fugas, os imigrantes podiam livrar-se das dificuldades de saldar suas dívidas. No entanto, considerando as disposições tradicionais do *ethos* japonês, estas fugas revelam uma dimensão extremamente conflitiva, na medida em que feriam os preceitos tradicionais da cultura, baseadas no respeito à hierarquia, na busca de um equilíbrio e no predomínio do coletivo sobre os interesses individuais. Estes preceitos não impediram a emergência de enfrentamentos, o que indica, de acordo com Ennes (2001), que estas disposições não passam pela resignação diante de situações consideradas injustas. As fugas eram respostas às injustiças cometidas pelos patrões. O depoimento da **entrevistada C.**, apresentado a seguir, evidencia o permanente controle exercido pelos fiscais da fazenda, tanto na esfera do trabalho, como no espaço reservado à vida privada:

“Três pessoas, juntas, não podiam deixar a fazenda. Quando falecia um vizinho não podia nem ir no enterro, só as pessoas da família. A fazenda não deixava, não podia faltar no trabalho” / “De noite, nove horas, não podia ficar com lamparina acesa, o guarda batia na porta para dormir. Quatro horas da manhã batia na porta para todo mundo acordar, fazer comida e ir para o trabalho. Todo mundo tinha que ficar na frente da casa do fiscal. Tinha colônia nos dois lados, assim... no meio tinha a casa do fiscal, aí todo mundo pegava o bentô (marmita), ficava lá e aí o caminhão levava para trabalhar no cafezal” (entrevistada C.).

Havia entre o grupo de imigrantes, uma grande parcela de famílias que não possuíam experiência alguma com o trabalho na agricultura, pois vinham de um meio urbano.⁷ Para estas famílias o trabalho nos cafezais era ainda mais difícil:

“Quem não era lavrador era difícil de vir para cá. Como meu pai era descendente de samurai, depois virou doceiro (fabricante de doces), não sabia nem colocar cabo na enxada! Não sei nem por quê ele veio! Aí quem não era lavrador, antes de sair do Japão, tinha que fazer um curso... tinha que aprender umas coisas para vir de imigrante né, vem como lavrador então eles ensinavam... Não sei o que meu pai aprendeu, mas quando ele chegou não sabia nem colocar cabo na enxada (risos)” (entrevistada C.).

A partir da análise deste primeiro conjunto de relatos torna-se possível constatar que a chegada e os primeiros anos no Brasil foram, desde o início, tempos de muito sofrimento. Para a geração que vivenciou este período, a imigração foi, sem sombra de dúvidas, uma experiência traumática. Com o passar do tempo, porém, delineava-se um processo de fixação destas famílias no território brasileiro.

Os tempos da guerra e da política de assimilação

Apesar de todas as dificuldades vivenciadas por estas famílias, o período que antecedeu o advento do Estado Novo e o início da Segunda Guerra Mundial, foi um momento de relativa tranqüilidade, se comparado às dificuldades que estavam por vir, como decorrência da política de assimilação de estrangeiros, empreendida pelo governo de Getúlio Vargas, e pela guerra. Como mostra o trabalho de Seyferth (2000), a assimilação dos estrangeiros estabelecidos no Brasil foi um tema recorrente nas discussões sobre imigração desde meados do século XIX, quando surgiram as primeiras especulações sobre

⁷ Segundo Sakurai (2000), a análise dos dados obtidos na Cooperativa Agrícola de Cotia confirma uma estampa que marca um dos traços mais particulares aos japoneses na sociedade brasileira, que é o seu trabalho na agricultura. Estes números, no entanto, não condizem com o perfil dos imigrantes que entraram no país. O número de agricultores que vêm como chefes de família até 1962 é de apenas 37,9% do total. Portanto, a soma daqueles que não eram agricultores no Japão, é maior do que a dos agricultores, podendo-se deduzir daí que – apesar da exigência do governo brasileiro de que era necessário ser agricultor para se imigrar – grande parte dos imigrantes vem se tornar agricultores no Brasil. Em grande parte da literatura sobre os japoneses no Brasil, de acordo com o balanço bibliográfico realizado pela pesquisadora, existe uma tendência a se sobrevalorizar o papel do imigrante japonês. A recorrência dessa imagem positiva – de “povo unido” e de agricultores experientes – é instigante, quando se sabe que ela nem sempre foi assim.

a conveniência de abrir o país a determinadas correntes imigratórias. Os diferentes usos do conceito de assimilação convergiam para o problema da integração dos imigrantes e de seus descendentes na sociedade nacional.⁸ O projeto de construção de um Estado-nacional baseou-se em moldes vigentes derivados da Europa e intrinsecamente relacionados à questão racial.

O Brasil deste período, estruturado fortemente na população negra e mestiça, era tido como uma nação já derrotada desde o seu início, o que estabelecia um impasse para a formação da nação brasileira. A mestiçagem transformou-se em tema central da interpretação da história do país, considerada como o mecanismo de formação do povo brasileiro desde os tempos coloniais. Assim, a idéia de assimilação prevalecente no Brasil supunha um processo no qual os grupos não-brancos deveriam desaparecer na sociedade dominante luso-brasileira. A tese, de acordo com Seyferth (2000), sugeria a possibilidade de clarear a cor da pele da população através da miscigenação seletiva e do privilegiamento da imigração européia. O pensamento predominante na época, segundo a autora, indicava a crença num processo de seleção “social” e “natural” através do qual a população mestiça chegaria progressivamente, a um fenótipo branco, com a conseqüente eliminação das raças consideradas “inferiores”. O efeito prático esperado pelos idealizadores da tese era a assimilação cultural e biológica dos imigrantes.⁹

Somente após a revolução de 1930, no entanto, medidas concretas, de natureza nacionalizadora, foram efetivadas. Conceber a assimilação de imigrantes “indesejáveis” a partir dos imperativos de uma concepção homogênea de Estado-nação, assentados na miscigenação, ou na condenação das diferenças culturais que pudessem produzir

⁸ Segundo a pesquisadora, a concepção homogeneizante de nação está subentendida na própria peculiaridade do conceito de assimilação apropriado pelo nacionalismo. Sob influência doutrinária das teorias raciais as palavras assimilação e miscigenação passaram a ser empregadas na discussão dos problemas da imigração, indiferenciadamente, para falar de formação nacional herdada do colonizador português, cujo referencial é o mito das três raças (Seyferth, 2000, p.46).

⁹ O entendimento do processo de assimilação dos estrangeiros era pensado como algo que, depois, se chamaria explicitamente de “*abrasileiramento*”. Entre 1880 e a década de 1920, a transformação dos imigrantes em brasileiros passa a fazer parte preponderante das preocupações nacionalistas, no período de maior intensidade dos fluxos imigratórios. As diferenças culturais e as identidades étnicas configuravam-se como obstáculos ao pretendido branqueamento nos moldes idealizados da formação histórica do Brasil. Apesar da condenação científica das teses racistas, segundo a pesquisadora, a imagística do “*crisol de raças*” persistiu como sinônimo de assimilação. As práticas assimilacionistas ficaram mais evidentes na medida em que se intensificaram as correntes imigratórias, sobretudo na década de 1930, quando os números da imigração japonesa ficaram mais expressivos, ao mesmo tempo em que declinava a imigração européia (Seyferth, 2000).

distintividades étnicas, redundou num programa de integração forçada que atingiu bruscamente milhares de descendentes de imigrantes durante o Estado Novo. Nesta ocasião, a família da **entrevistada A.** havia galgado uma melhor condição financeira – representado pela aquisição de um caminhão:

“O ditian (referindo-se ao marido) trabalhava de caminhão, naqueles tempos. Um japonês plantava e colhia o algodão e ele levava o algodão para Jaú. Caminhão ruim! Tudo sujo de terra sabe! Carregava um enxadão, um machado, no caminhão, quando o caminho estava ruim ele concertava o caminho e vinha, caminhão cheio de algodão, trazia aqui. Ele levava o algodão para a [fábrica] lá que comprava algodão, tinha máquina de fabricar algodão, tirar a semente, extraía a semente. A semente ia para fazer óleo e o algodão mesmo ia para despachar acho que para o exterior. Tinha uma fábrica que quis comprar todo algodão do japonês e não pagava, não pagava, não pagava direito sabe! Ai! Uma situação, nossa senhora!” (entrevistada A.).

Neste período, foram editadas leis, ou medidas de cunho legal, que atingiam os japoneses, em maior ou menor grau. Essas medidas estavam diretamente vinculadas ao projeto nacionalista posto em prática pelo governo Vargas. A Constituição de 1934 consagrou um dispositivo especificamente a esta questão.¹⁰ Até hoje a **entrevistada A.** se recorda deste período:

“Nossa senhora! Sorte que nós estávamos que nem caboclo perdido no meio do mato. Não podia fazer reunião em japonês não! Japonês não podia juntar mais do que três pessoas num lugar. Para viajar precisava aquele... como que fala? É precisava [salvo-conduto]... tirava o [salvo-conduto]... Não podia nem viajar! ... pensa que aqui não sofreu? Sofreu bastante japonês aqui! Perdemos bastante aquele tempo, perdemos caminhão, tomamos prejuízo... [o] caminhão precisou vender para outro, porque diz que não vendia

¹⁰ “É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena” (artigo 121º, #7º; apud Vainer, 1995, p.46).

gasolina para japonês... nem gasolina não vendia mais para japonês! Japonês não podia fazer negócio... achava que porque [o] Brasil aliou com [a] América... então... japonês ficou de fora.” (entrevistada **A.**).

Esta política refletia o princípio de nacionalidade estruturado no abasileiramento e a preocupação com um possível aumento de “indesejáveis” (Seyferth, 2000). Como mostra a fala da **entrevistada C.**:

“Naquela época [a proibição do uso do idioma japonês] não era tão rigoroso assim. Quando começou a Segunda Guerra Mundial que não podia falar, nem dentro de casa! Não deixavam! “Não pode”, é o que eles falavam. Antes podia, não era tanto assim. Começou a guerra ficou assim. Falar até podia, mas não podia ter escola...” (entrevistada **C.**).

A imposição da língua portuguesa, o cerceamento das atividades associativas e das escolas étnicas, a presença de trabalhadores nacionais em áreas de colonização estrangeira, a distribuição de imigrantes em todo o território para estimular o contato mais direto com os brasileiros, tudo na defesa das raízes lusitanas. Como mostra o estudo de Oliveira (1999), este foi um período crítico da formação nacional de Estados-nações. A assimilação forçada começou efetivamente em 1937, com a promulgação de leis federais e estaduais que acabaram com o ensino de língua estrangeira no território brasileiro, o que redundou no fechamento de numerosas escolas etnicamente configuradas. Segundo a **entrevistada C.**:

“Era uma época difícil, cada vez ficava mais difícil, acho que naquela época daitorio (presidente) era Getúlio Vargas... proibiu usar o nihongo (idioma japonês)... nós sofremos tanto! Por isso que não fui na escola nem nada! Eu fui na escola de trinta e cinco até trinta e sete, até o mês de abril..” (entrevistada **C.**).

A **entrevistada A.** também se recorda destes momentos. Seu depoimento deixa claro que diante do propósito da política de assimilação de estrangeiros – a homogeneização racial mediante a eliminação das distintividades étnicas – havia uma silenciosa resistência por parte do grupo e não um posicionamento passivo como se costuma supor:

“Ah, aqueles tempos foram tempos de guerra. Tempo de Segunda Guerra, né. Eu lembro ainda! ... lá, na colônia o administrador vinha lá, mandava fechar [a escola da colônia japonesa]. Eu não sei por que é que eles faziam aquilo! Ele (o administrador) falou que quer que japonês fique brasileiro tudo de uma vez, né: “Não precisa estudar japonês!”. E proibia! Agora, o japonês escondia, eles levavam lá no ranchinho, eles punham o professor lá para ensinar escondido. Quando chegava gente, que ia procurar, quando chegava o fiscal, a gente tinha que esconder tudo, tudo escondido, esparramava para baixo. Ah... se pegasse ficava bravo [com] o colono, né, passava multa, brigava na colônia. Fizeram lei, era contra a lei, né. Um tempo aconteceu isso, mas a gente estudava japonês tudo assim, escondido. Eles queriam que japonês não estudasse mais japonês. Queria que virasse tudo bem brasileiro, né! Não precisa dois países pra gente estimar, diz que um só dá, né...” (entrevistada A.).

Na definição dos objetivos da campanha, a assimilação foi entendida como um processo de nacionalização de alienígenas, que, embora fossem cidadãos brasileiros, precisavam incorporar o “espírito nacional”. Isto significava levar o espírito da “brasilidade” aos chamados “quistos raciais” formados por irredutíveis descendentes de imigrantes (Seyferth, 1994). Nesta ocasião, lembra-se a entrevistada A., os pais queriam que os filhos estudassem o idioma japonês:

“... porque tinha intenção de voltar para o Japão, todos os pais que vinham até aqui, meu pai mesmo falava...” (entrevistada A.)

Neste período, os imigrantes japoneses tinham, ainda, a esperança de retornar ao Japão, razão pela qual sequer se importavam em fazer com que os filhos estudassem em escolas brasileiras. A dificuldade de acumular riquezas, juntamente com as medidas restritivas da política de assimilação, no entanto, tornavam cada vez mais distante o sonho de voltar para casa:

“Naqueles tempos, nossos pais, eles... trabalhavam, trabalhavam, é de kassegui, mesma coisa que de kassegui,

trabalhavam, trabalhavam com pensamento lá no Japão né: “ah vou ganhar dinheiro, nós vamos voltar, levar criançada tudo estudar no Japão”. Então nem importava muito de fazer criança estudar português, né, e... só queria ganhar dinheiro, ganhar dinheiro, mas dinheiro não se ganha tão fácil! Não ganha não!” (entrevistada A.).

A “campanha de nacionalização” impôs o abasileiramento usando efetivos militares e mudanças na legislação. A militarização da campanha foi intensa nas regiões onde predominavam grupos “enquistados”.¹¹ Como mostra o relato da **entrevistada C.** a atuação da polícia era violenta e causava grandes prejuízos:

“... quando começou aquela guerra vinha polícia em Bastos, aí tinha que esconder tudo okane (dinheiro). Abriam valeta da máquina de costura, pegavam dinheiro, mandavam pegar frango, galinha, essas coisas, para levar. Então, já não podia guardar dinheiro no banco também. Meu pai estava no período da safra de algodão, teve época que também sobrava dinheiro, minha irmã teve nenê, então quando a polícia veio meu pai amarrou na barriga da minha irmã para [ela] ficar deitada com o dinheiro. Eles pegavam viu! A polícia roubava! Isso foi até terminar a guerra. Então, tinha teppo (espingarda)... livro... tem muita gente que enterrou e apodreceu... meu pai trouxe bastante livro para criança, assim, de coleção, bastante livro de conversação que ele conseguiu trazer...” (entrevistada C.).

Neste contexto, todo material didático trazido pelas famílias, com o intuito de educar os filhos, tornaram-se “subversivos”, pois contrariavam os ideais da política de assimilação de estrangeiros. A estratégia para a modernização do país passava pela uniformização da língua, juntamente com o espírito de unidade nacional. Nesse sentido, seguiu-se, em 1939, a proibição do uso público das línguas maternas, para forçar o aprendizado da língua vernácula. Para a **entrevistada E.**, que se encontrava em idade de freqüentar a escola, estes foram momentos que marcaram a sua memória:

¹¹ “... termo de sentido condenatório... empregado para rotular, principalmente, indivíduos ou grupos de origem alemã, polonesa e japonesa...” (Seyferth, 1994, p.46).

“A professora pegou no meu pé: “Sua casa, acho que vocês conversam em japonês, né, porque você não consegue escrever “R”, “S”. Está tudo errado, viu!”. Porque quando era ditado, fazia... então a gente escrevia “passarinho”, pondo só um “s”. Às vezes, “jarra”, fazia só [com] um “r”. Tudo errado! Tem que por dois “r”, dois “s”, esse aí era a dificuldade. Então, [a minha nota em língua portuguesa] era bem assim, mais para baixo do que [a] média! Agora matemática, sempre ganhava nota boa... (risos)” (entrevistada **E**).

Logo em seguida, foram fechadas as associações recreativas, culturais, beneficentes e quaisquer instituições comunitárias que pudessem estar vinculadas a pertencimentos étnicos. De acordo com Seyferth (1994), a noção de língua vernácula e a importância atribuída à educação na configuração da consciência nacional são elementos fundamentais do nacionalismo. Os idealizadores da campanha procuravam atingir os fins presumidos no ideal do *melting pot*.¹² Os alienígenas deviam ser enquadrados nos princípios da unidade nacional. Até o final da Segunda Guerra Mundial, de acordo com Seyferth (2000), muitas coisas foram ditas a respeito da incompatibilidade de judeus, chineses e japoneses, com os princípios de formação nacional. O preconceito, a discriminação e a perseguição política levaram os pais da **entrevistada D**. a retirá-la da escola, fecharem o armazém de secos e molhados e se mudarem para um lugar afastado:

“... a gente só fez o primário, porque [meus pais] ficaram com medo... naquela guerra lá eles faziam muita discriminação [entre] brasileiro [e] japonês. Principalmente quem era japonês naquela época, falavam que era Shindo-Renmei. Então meu pai não queria mexer na política porque [significava] dor de cabeça, por isso que nós acabamos com essas coisas da cidade e fomos para morar em sítio em Rancharia, mais ou menos uns trinta quilômetros, morei lá uns quatro anos” (entrevistada **D**.)

Um estudo realizado por Borges (1995), mostra que no município de Lins, por determinação superior, o colégio japonês foi desativado e transformado em instalação do

¹² “... termo usado como expressão científica da assimilação” (Seyferth, 1994, p.47).

quartel. Em seguida, a polícia passou nas cidades recolhendo todas as armas dos japoneses. Foi justamente nesse período que o fazendeiro mais comprou sítios dos japoneses, nesta região. A ação da polícia integrava-se aos interesses dos grandes latifundiários da região, que contando com o amparo da justiça expulsavam as famílias de suas terras. Segundo a pesquisadora, a partir da análise das certidões negativas fornecidas pelo Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Lins, é possível constatar que elas se formaram da soma de inúmeras propriedades, adquiridas a partir da segunda metade da década de trinta.¹³ A maior parte dessas escrituras, refere-se à compra de pequenas propriedades, sobretudo a partir de 1941, sendo, a maioria delas, adquiridas de imigrantes japoneses, que foram coagidos a vender suas terras. A **entrevistada C.** viveu nesta região durante este período e relata a maneira como seu pai perdeu as terras que havia adquirido:

“Em mil novecentos e quarenta, meu pai já tinha comprado terreno e nós morávamos lá. Até comprar o terreno, meu pai foi duas vezes formar pasto... Depois, no período da guerra perdemos tudo. Os arrendatários não pagaram a conta e saíram todos, só ficaram as quarenta e duas cadernetas. Meu pai perdeu tudo, tudo, aí mudou para a cidade (Bauru) e começou a fazer doces japoneses (risos). Perdemos tudo porque eles encrencaram, não quiseram pagar, depois levamos o caso até na justiça de Pompéia, depois o juiz falou para o meu irmão: “Vocês têm todo o direito, mas tem que perder porque vocês são inimigos do Brasil!”. Por isso, agora nos Estados Unidos, dizem que quem perdeu ainda recebeu alguma coisa, mas no Brasil ninguém pagou nada, quem perdeu, perdeu mesmo!” (entrevistada C.).

Neste mesmo município, entre os anos de 1941 e 1945, foram efetuadas quarenta e cinco detenções de imigrantes japoneses. Em toda esta região, mostra o estudo de Borges (1995), a constituição da Fazenda Reunidas com sede no município de Promissão, ilustra o desenvolvimento regional de um processo de acumulação primitiva do capital, dada à violência por meio da qual se deu a expropriação dos pequenos proprietários, através de

¹³ Datam de 1937 as três primeiras escrituras registradas no cartório de Lins, onde se encontram sessenta e sete escrituras, passadas em cartório nos municípios de Lins, Penápolis, Promissão e da desaparecida Vila Dinízia (Borges, 1995).

ameaças de morte e do derrubamento das cercas, com o propósito de promover, nas propriedades das famílias, invasões do boi pantaneiro¹⁴ – espécie considerada violenta e explosiva. Segundo o relato de um assentado, obtido por Borges (1995):

“... a gente sabia como as terras dos [japoneses]... foram conseguidas... Ele (o fazendeiro) comprava gado pantaneiro (tipo de gado bravo e explosivo), comprava cem, chegava com mil, e jogava na roça da japonesa que, apavorada, vendia as terras, saindo corrida, deixando tudo, até trator, por causa da ameaça de morte”
(apud BORGES, 1995).

O gado destruía as plantações e espalhava o medo, representando a própria força dos homens poderosos da região. Assustados, os pequenos proprietários, quando não fugiam deixando tudo para trás, vendiam suas terras a preços reduzidos. Por esse motivo, a expropriação, nos relatos obtidos por Borges (1995), aparece como um processo “sutil”, porque fora selado por um ato de compra e venda, que ocultou todos os ingredientes de pressão, opressão e violência.¹⁵ O processo de expropriação destes imigrantes, através do uso da violência, sob o respaldo da lei, representa o início do processo de modernização da região. Com a expulsão das famílias e a substituição de todos que ali residiam, pela criação do gado, toda a história viva da região foi relegada ao esquecimento, sobrevivendo apenas nas memórias daqueles que um dia participaram desta história. Na região onde posteriormente foi constituída a Fazenda Reunidas, de acordo com a pesquisadora, os japoneses não foram os únicos a serem expropriados, mas constituíram a maioria.

O silenciamento da memória

A derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial foi um golpe decisivo sobre as vidas das famílias japonesas que viviam no estado de São Paulo, pois marcou, sobretudo do ponto de vista simbólico, o fim das esperanças de retornar para a terra natal. Na realidade, segundo Sakurai (2000), estava mais do que óbvio que o retorno não estava mais nos

¹⁴ Acerca destes acontecimentos o poeta Nenpuko Sato, que viveu nesta região durante este período, deixou dois poemas registrados no trabalho de Mendonça (1999): *“as rosas da cerca / se agitam nos chifres / deixaram o boi solto”*; *“a cerca já era / nos chifres do touro / coroa de rosas”* (Mendonça, 1999, p.81).

¹⁵ Com o respaldo da justiça, somente no ano de 1941, no município de Lins, dezenove pequenas propriedades de japoneses foram incorporadas à área do proprietário das terras, que mais tarde viria a ser chamada “Fazenda Reunidas”. Até o ano de 1945 o número de pequenas propriedades, incorporadas ao latifúndio, subiu para 29. No ano de 1963, este número havia se elevado para 37 (Borges, 1995).

planos destas famílias, pois neste período as famílias de imigrantes japoneses já estavam solidamente instaladas no país, o que revela um processo de reenraizamento, em curso na sociedade brasileira. No entanto, aquele desejo de rever a terra natal ainda continuava vivo em seus corações. A partir deste momento surgem novos problemas para os japoneses no Brasil. Além da repressão do governo nacionalista, o desfecho da guerra causou uma cisão no interior da colônia japonesa, onde os “derrotistas” (*make-gumi*) – aqueles que admitissem publicamente a derrota japonesa – passaram a ser caçados pelos chamados “vitoristas” (*kachi-gumi*) – os integrantes da *Shindo-Renmei* (Liga dos Caminhos dos Súditos). Apesar dos esforços das autoridades nacionais para controlar o acesso aos veículos de informação, as notícias da guerra chegavam clandestinamente aos ouvidos das famílias, como mostra a fala da **entrevistada A.**:

“...O ditian (referindo-se ao marido) sabia toda a situação porque eles pegavam no rádio. Desde o começo da guerra até onde tava avançando, como é que foi tudo, eles pegavam tudo no rádio... então ele sabia a situação... mas não podia falar porque eles (os integrantes da Shindo-Renmei) estavam enganando... o imigrante que estava aqui no Brasil, eles estavam enganando... natural que eles queriam que fosse assim, que ganhasse tudo mas quem que não quer? Todos querem! Mas é guerra, um tem que perder! Eles matavam viu! Ninguém, nem a polícia podia com eles! Nossa! Aqueles tempos todo mundo andava com medo da Shindo-Renmei”(entrevistada A.).

Tendo acompanhando apreensivamente o desenrolar da guerra, a **entrevistada A.** ainda se recorda do dia 14 de agosto de 1945, quando o imperador, renunciando à sua condição divina, declara a rendição do exército japonês, pedindo aos seus súditos para que “*tolerassem o intolerável e suportassem o insuportável*” (Sakurai, 1993; Morais, 2000), como mostra o relato a seguir:

“... no dia que [o Japão] perdeu [a guerra], quando Tenno Heika (imperador do Japão) falou... que Japão ergueu bandeira branca, que falou que perdeu... eles (o marido e um sitiante vizinho) ouviram essa voz sabe! Voz do Imperador! Tenno Heika anunciou e o ditian

(referindo-se ao marido)... *ouviu essa voz! Shindo-Renmei vinha em cima ainda e falava que essa voz era falsa...*” (entrevistada **A.**).

Filha de um pai “*make-gumi*” (derrotista), a **entrevistada E.** se recorda dos momentos de terror vivenciados neste período. Por conta da cisão no interior na colônia, decorrente do advento da *Shindo-Renmei*, seu pai foi forçado a se livrar de todas as lembranças e objetos pessoais, trazidos do Japão, que pudessem denunciar o seu passado militar e a sua ascendência guerreira:

“Ah, Shindo-Renmei osorochii (terrível)! Deixa eu contar para você (fala bem baixinho). Meu pai era heitai-san (soldado) né. Então ele trouxe [para o] Brasil [bastante] fotografia... assim... do exército, de quando ele participou... e tinha até teppo (espingarda) que ele... trouxe [para o]... Brasil, acho que era para lembrança, né! Tudo, muitas coisas, parece que tinha kataná (espada) também separado. Mas aí, Shindo-Renmei começou [a dizer] que [o Japão] ganhou, não perdeu, ficava [aqueles dois] partidos, ficava aquelas coisas lá. Muito horrível! Se falar que [o Japão] perdeu, vinha matar. Aí, não podia [ter] fotografia, nada do soldado quando era do Nihon (Japão)... Ele (o pai) embrulhou bastante no shimbun (jornal)... assim bem embrulhadinho! E puseram num caixote. Furou bastante [um] buraco, bem assim na horta, nos pés de banana e enterrou. Passou a guerra, normalizou, foi arrancar para ver, estava tudo enferrujado, fotografia ficou tudo embolorado, não sabe quem que é mais. Teve que jogar fora! [A espada] também enferrujou. [Tudo, tudo] enferrujou porque ame ga fute (chove), então, embrulhado assim não adiantava, perdeu tudo! Motainai (que desperdício) né! Tinha muitas coisas de valor do Nihon né, assim, lembranças!” (entrevistada **E.**).

Tanto do ponto de vista simbólico, quanto do ponto de vista material, o enterro dos pertences familiares – as fotografias, os livros e as armas – evidencia um processo de silenciamento das lembranças. A partir destes acontecimentos todo vínculo com o passado se transforma em uma *memória silenciada* (Silva e Appolinário, 2005), tanto em função da

política assimilacionista empreendida pelo governo de Getúlio Vargas, quanto pelas ameaças da *Shindo-Renmei*. A Segunda Guerra Mundial, a partir de então, torna-se um acontecimento importante, tanto para o entendimento das trajetórias destas famílias – pois marca um encerramento definitivo (ao menos para esta geração de imigrantes) do sonho/projeto de retornar ao Japão –, quanto para a compreensão dos silêncios em torno desta questão, que persistem até os dias de hoje.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, como mostra o trabalho de Dezem (apud DEMARTINI, 2004, p.155), falar sobre este período sofrido, de opressão, de perseguições e de discórdia, tornou-se um tema “tabu” entre os imigrantes japoneses e seus descendentes. Demartini (2004), ao realizar um trabalho de pesquisa com imigrantes japoneses na cidade de São Paulo constatou, da mesma forma como nesta pesquisa, diferentes tipos de resistências à concessão de entrevistas acerca de suas vidas.¹⁶ Embora estivessem residindo no Brasil já há muito tempo, ou fossem nascidos aqui, estes imigrantes, constata a pesquisadora ao longo do processo de entrevistas, têm a cultura japonesa muito presente. Os japoneses, como mostra o seu estudo, não gostam de falar sobre suas próprias vidas, seus projetos, suas frustrações, suas idéias, pois cabe aos outros perceberem seus problemas e ajudá-los, mesmo quando as situações são as mais difíceis. Trata-se de uma característica de sua cultura de origem, fortemente influenciada pela moral confuciana. Entre os imigrantes japoneses, o silenciamento da memória pode ter sido uma condição necessária à permanência definitiva em território brasileiro.¹⁷

Com o desfecho da guerra, a ilusão de uma estada provisória se desfez. A permanência, a partir de agora, tornava-se definitiva, o que implicou numa mudança de planos. Tornar-se brasileiro, observa Sakurai (1993), foi uma necessidade imposta, e não

¹⁶ “Por terem sido... controlados, perseguidos e até punidos durante o período da Segunda Guerra Mundial, relembrar o passado implicava para muitos deles em ter presente os difíceis momentos vividos, criando consciente (ou inconscientemente) resistências à realização das entrevistas” (Demartini, 2004, p.150).

¹⁷ Como mostra um trabalho de reconstrução da memória de afro-descendentes, realizado por Silva e Appolinário (2005), acerca do período subsequente à libertação dos escravos, na cidade de São Carlos, em muitos momentos, durante a realização do trabalho de campo, as pesquisadoras constataram também o silêncio de seus depoentes a respeito da própria história. Mesmo depois de transcorrido mais de um século após o episódio da abolição dos escravos, as pesquisadoras observam que, aqueles que experimentaram a realidade da escravidão, ou mesmo seus descendentes, preferem calar-se a respeito desta experiência traumática. Este silêncio, segundo o estudo, constitui um ingrediente da memória individual e social, devendo ser interpretado, não como esquecimento, mas, como um registro do indizível, e, ao mesmo tempo, uma forma de resistência. A memória pode ser abafada pela proibição, ou pelo medo. Diferentemente do esquecimento, o silêncio sobre si próprio pode ser uma condição necessária à manutenção da comunicação num determinado meio.

desejada. Os filhos da primeira geração tornavam-se adultos e começavam a ingressar em atividades fora da agricultura. O movimento em direção às cidades foi intenso no período imediatamente após a guerra, buscavam melhores oportunidades de trabalho e de escola para os filhos, como conta a **entrevistada A.**:

“... depois disso, os pais já viram que [precisava] estudar os filhos, senão, né, só na lavoura não dá. Então começou a estudar, aí saiu médico, saiu engenheiro, saiu tantos professores japoneses, né... hoje tem bastante gente que estuda... Não tem japonês que não quis estudar, quase que não tem... a maioria estudou bastante. Japonês é estudioso porque sabe que sem estudo não dá...” (entrevistada A.).

Os descendentes, pertencentes à segunda geração, vivenciavam de forma dramática a questão de sua identidade. O dilema de ser japonês dentro de casa e brasileiro, no espaço público, era enfrentado como um problema. Fora de casa seguiam o estereótipo do “japonês calado”, evitando se expor, na tentativa de se enquadrar ao grupo que freqüentavam. Dentro de casa, seguiam padrões tradicionais, onde a figura paterna era a autoridade máxima, o dever filial (*oya-kô-kô*), o respeito e a obediência aos mais velhos eram seguidos com rigidez. Aqueles filhos que fugiam a essas regras eram considerados, pelos pais, “rebeldes”, ou seja, “muito brasileiros” (Sakurai, 1993, p. 86).

A década de 1950 foi, portanto, de crucial importância para a compreensão da mudança de mentalidade da colônia japonesa, pois a partir desse momento, os imigrantes japoneses deixaram para trás a idéia de retorno e passaram a vivenciar a sua identidade nipo-brasileira. A partir de então, é possível observar a formulação de uma imagem idealizada do Japão, semelhante a um retrato. A formulação desta imagem fotográfica idealizada foi um dos mecanismos de defesa acionados no inconsciente destes imigrantes, para sobreviverem a esta dolorosa ruptura com a terra natal.

O estudo realizado por Hashimoto (1995), mostra que a formulação de uma imagem idealizada do Japão foi um dos mecanismos utilizados pelos imigrantes para poder sobreviver (psiquicamente) numa terra distante e com modos de vida muito distintos. Em situações de separação, explica o autor, existem comportamentos que atuam como recursos facilitadores da elaboração da perda. O desespero, a agressividade, a indiferença, a fuga e a idealização, são os mecanismos que podem ser acionados a partir do processo de separação.

Esses mecanismos, no entanto, não devem ser entendidos como procedimentos “doentios”, mas como mecanismo de projeção, do qual o sujeito tem uma consciência apenas parcial e cuja existência atribui à realidade externa. Idealiza-se o espaço perdido. Esse mecanismo utilizado tem como objetivo preservar o indivíduo do sofrimento excessivo da perda. É um processo reparatório, que “*só ocorre mediante o engrandecimento do ideal num processo de projeção para o passado*” (Caruso apud HASHIMOTO, 1995, p.31). É por essa razão, segundo este estudo, que os depoimentos destes imigrantes estarão sempre carregados de idealizações, como é possível observar em outro fragmento do relato da **entrevistada A.**:

“[A minha mãe]... *contava as coisas do Japão, [e eu] ficava apaixonada! Ai que vontade de ir para o Japão! E ela reclamava: “nossa, se não tivesse vindo para o Brasil!”...*” (entrevistada **A.**).

No fecho desses mecanismos, mostra o psicanalista, está o tempo psíquico desses personagens. É por essa razão que muitos japoneses “*vivem no presente, mas pensando nos velhos tempos do Japão. Estão vivendo no presente, mas com as lembranças voltadas para o passado...*” como é possível observar no fragmento a seguir, extraído do trabalho de Hashimoto (1995):

“*Eu tenho vontade de ir para o Japão. Gosto muito do Japão. Meu sonho desde criança era ficar um ano no Japão, passar as quatro estações do ano...*” (Mizumoto In: Hashimoto, 1995, p.13).

Compreender este aspecto, da maneira como ocorreu a acomodação e o convívio das imagens idealizadas do Japão, com as que foram construídas na nova terra, é essencial para se entender a própria organização psíquica destas famílias e da comunidade nipo-brasileira, permitindo explicar porque muitos descendentes de japoneses desejam, com tanta intensidade, emigrar para o Japão, abandonando seus próprios projetos de vida no Brasil. Esta busca, conduz o aparelho psíquico a tentar reencontrar este lugar utópico, na tentativa de restaurar a identidade perdida. A força desta ilusão corresponde à força do desejo, ou anseio, representado pela meta narcisista de reconciliação de cada ser singular com um todo.

A idealização, como mostra uma análise realizada por Bertran (1989), é proporcional à repressão do anseio, assim, quanto mais a realidade externa desmente esta imagem, mais ela tem poder de atração, já que outras fontes de satisfação lhe são recusadas.

Esta raiz subjetiva não é contraditória com a existência de uma raiz social. Este retrato fotográfico de um outro tempo e de um outro lugar encontra-se gravado na memória e no inconsciente coletivo, constituindo parte integrante da formulação identitária do grupo. Este retrato idealizado persiste ainda hoje no imaginário das novas gerações, estruturando, consciente e/ou inconscientemente, esta busca das origens no país ancestral.

A ideologia do “retorno” às origens no contexto da emigração *dekassegui*

Enfim, como decorrência de um amplo processo de reestruturação mundial do capitalismo, teve início, a partir da segunda metade da década de 1980, a emigração de trabalhadores *dekassegui* rumo ao Japão. A partir de uma alteração na legislação de controle da imigração, aprovada no parlamento japonês em junho de 1990, o fluxo migratório assumiu grandes proporções. A legalização da entrada de trabalhadores nikkeis latino-americanos no mercado de trabalho japonês, por meio desta mudança na legislação, vem mobilizando as noções de pertencimento étnico em favor do preenchimento dos postos de trabalho desqualificados. Dentro deste contexto, no ano de 1993, a **entrevistada E.**, então com sessenta anos de idade, resolveu partir rumo ao Japão, valendo-se da condição de migrante *dekassegui*. As razões de sua partida foram apresentadas da seguinte forma:

*“Até tem uma [pessoa conhecida] que conseguiu, que foi ver a terra. Foi lá no Japão, passeou e voltou. [Mas] meu pai e minha mãe, não conseguiram porque a vida foi bem difícil, assim, dificuldade... financeira, não deu para ir, né! Aí acabou morrendo aqui no Brasil sem ver a filha [que ele deixou no Japão]. Nunca mais voltou. E eu comecei... Eu queria conhecer onde que é a terra do meu pai e da minha mãe. Pelo menos para [eu] por o pé lá. Por isso que eu fiquei lá nove meses! Aproveitei do *dekassegui*... (risos)”*
(entrevistada **E.**).

Torna-se possível observar, a partir de então, alguns elementos invisíveis que norteiam, efetivamente, o mito do “retorno” ao Japão. Elementos, estes, inscritos numa ordem simbólica, que se distingue da racionalidade estritamente econômica. Esse aspecto é estudado, por Thompson (1998), sob a designação de “economia moral” e revela a relação de conflito, consciente e ativo, entre o processo do capitalismo e a conduta não econômica

baseada nos costumes. À luz deste conceito, torna-se visível, por fim, este elemento difícil de ser objetivado por uma metodologia de pesquisa fundamentada apenas em fontes estatísticas e dados estruturais. A dimensão simbólica, estruturada pelos acontecimentos do passado, tem implicação sobre a aceitação das contradições inerentes à condição social do migrante, na medida em que a sociedade receptora suscita curiosidade e desejo:

“Muitas [pessoas] querem saber [como é] o país da mãe, do pai e dos avós; outros querem... fazer intercâmbio, aquele de estudante, mas não dá porque é pouco vaga, né! Então aquela estudante às vezes faz arubaito (trabalho temporário), vai para conhecer também, né. Eu gostei! Ah, por isso que eu falei [para uma amiga]... se eu tivesse dez anos mais nova, eu ia de novo! Ia [sozinha]! Ah, se eu for esperar ditian, ditian não vai!” (entrevistada **E.**).

Uma explicação satisfatória acerca das razões que norteiam esta emigração deve, portanto, levar em consideração, não apenas as circunstâncias históricas que produziram este “desejo” de encontro com o país ancestral, mas também o forte investimento afetivo implicado neste processo. Presente no imaginário da comunidade nipo-brasileira, a imagem idealizada da terra dos ancestrais, exerce um papel determinante sobre a adesão a esta corrente emigratória. A ligação com a imagem afetiva do Japão é intensa, como mostra o relato a seguir, de uma jovem ex-migrante *dekassegui*:

“Ai, eu não sei nem explicar, mas assim, eu particularmente, eu tenho uma ligação muito forte com o Japão, mas eu não sei explicar por quê. Eu não sei se é coisa de sangue, não sei, isso foi o que me impulsionou também para ir para lá, eu sempre tive vontade de conhecer o Japão, não sei te explicar por quê, mas eu sempre tive vontade, eu gosto do assunto, eu estou estudando também, me identifico bastante com essas coisas...” (entrevistada **M.**).

No Brasil, entre muitos descendentes nikkeis, a identificação com o lugar idealizado, além de mobilizar permanentemente as noções de pertencimento étnico, norteia grande parte do desenvolvimento pessoal, condicionando as escolhas individuais no momento da elaboração de um projeto de vida. Como mostra o relato da **entrevistada L.**, a

respeito da relação de seu irmão com esta imagem idealizada, toda elaboração do projeto de vida se desenvolve em torno de um obstinado desejo de “estar” no Japão:

“... meu irmão, desde quando a gente era criança, tem mania de ficar falando assim: “Nê (nessan: irmã mais velha), se você ganhasse cem mil dólares, o que você faria com esse dinheiro, você iria para o Japão, ou você iria para os Estados Unidos?”, desde criança ele tem essas perguntas bobas... desde criança ele sempre ficava falando: “se você fosse escolher um país pra viajar, que país você escolheria?” Eu pensava assim, “em algum país da Europa”, mas meu irmão não, ele sempre falou “eu vou para o Japão”. Tanto é que ele foi para o Japão, ele vai voltar para o Japão agora em dezembro e ele quer fazer o mestrado no Japão e o doutorado também. Na verdade, ele queria ter ido para o Japão muito antes, né. Tanto é que ele começou a jogar tênis de mesa porque o técnico mandava algumas pessoas para o Japão, os melhores, né. E teve uma época que ele até ia, minha mãe até estava disposta a pagar para ele fazer o treinamento, só que não deu...” (entrevistada L.).

De acordo com a explicação psicanalítica de Carignato (2002), quando um(a) brasileiro(a) nikkei parte rumo ao Japão, ele(a) é levado, sobretudo, pelas rupturas “renegadas e não elaboradas, herdadas de seus antepassados” (Carignato, 2002, p.60). Um outro fator da emigração dos nipo-brasileiros vincula-se a um “dever” herdado de reconstruir a filiação interrompida (e até mesmo negada) durante o processo de integração de seus antecessores na sociedade brasileira:

“Da minha família, a primeira pessoa que foi trabalhar [no Japão] foi minha mãe, acho que um ou dois anos antes da gente. E ela trouxe pra gente uma imagem do Japão como sendo um lugar bom, organizado, tranquilo, né. Então, tinha um pouco dessa imagem, tinha um pouco daquela imagem do país dos meus avós, dos meus ancestrais, né, vou conhecer o que é. E, por coincidência, onde a gente foi arrumar o primeiro emprego? Foi em Nagoya! Que é de onde vieram os pais dos meus pais, né. Aí já veio aquela idéia:

“nossa, será que a gente vai encontrar com algum parente?” Sei lá, não sei se de repente a gente cruzou com um parente na rua, né, porque eu não tenho contato nenhum, meu pai sabe que tem tios lá, mas não sabe se estão vivos ou mortos. Então, foi um pouco essa expectativa de ir pra terra dos antepassados, saber que era difícil, [estar] num país de costumes diferentes, apesar da gente estar acostumado com japonês, eu estudei muito tempo o japonês, oito anos, quando era criança. Mas não tinha segurança de que eu sabia falar, né. Aí, mesmo, digamos, com essa preparação, eu fiquei meio apreensivo de [estar] indo para lá!” (entrevistado N.).

Esta memória herdada pressupõe a existência de uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade, que a pessoa constrói e apresenta aos outros e a si própria. Nessa construção da identidade, segundo Pollak (1992), há três elementos essenciais: o sentimento de ter fronteiras físicas; a continuidade dentro do tempo, no sentido físico, moral e psicológico; o sentimento de coerência e de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, atenta o autor, pode-se observar a ocorrência de fenômenos patológicos.

Assim, no curso deste movimento migratório vem se formando uma legião de portadores crônicos de transtornos mentais. Uma parcela deste contingente, segundo Nakagawa (2005) – médico psiquiatra – recebeu algum tratamento esporádico, outros foram internados. Poucos tiveram oportunidade de receber tratamento visando autonomia. Para os portadores de transtorno mental crônico o prognóstico é precário. Entre os anos de 1990 e 1995 foi registrado um considerável aumento de novos casos de transtornos mentais entre migrantes *dekassegui*. Durante este período, muitos trabalhadores começaram a retornar ao Brasil acometidos por alguma forma de perturbação em sua saúde mental.

Segundo Nakagawa (2002), dentre os portadores de distúrbios desta natureza, os casos mais recorrentes foram detectados entre os nisseis (a segunda geração), ou seja, aqueles que vivenciaram de modo mais dramático a ruptura radical com a situação anterior, o que justifica a grande expectativa nutrida em relação à terra dos antepassados, causando imensas frustrações. O pico de incidência destes casos ocorreu entre os anos de 1993 e

1996. Na ótica do psiquiatra, o desencadeamento destes distúrbios estava claramente associado às condições de trabalho, e o “choque cultural” não poderia ser inferido como “*desencadeador*” destes quadros mentais, uma vez que, a maioria destes trabalhadores, “*não interagia com a cultura japonesa*” (Nakagawa, 2002, p. 224). Da perspectiva sociológica adotada neste estudo, porém, a própria “*não interação*” com a “*cultura japonesa*”, é, por si só, indicativa, não apenas de um profundo “*choque cultural*”, como também, de um processo em estágio avançado de desenraizamento.

O percurso realizado por estes migrantes *dekassegui*, não leva a um reencontro efetivo com as origens e sim a uma nova desorientação identitária. A identidade, de acordo com Dejours (2000), constitui a armadura protetora da saúde mental. Neste sentido, não há crise psicopatológica que não esteja centrada numa crise de identidade. O sofrimento excessivo imposto pela organização do trabalho e o não-reconhecimento deste sacrifício são capazes de desestabilizar a identidade e a personalidade do indivíduo, levando-o à doença mental. Entre os trabalhadores acometidos por distúrbios mentais, o diagnóstico mais freqüente, segundo o jargão da psiquiatria médica, foi a “*Psicose Situacional Persecutória*”. Segundo a descrição de Nakagawa (2002), “*eram pacientes confusos, agitados, sentindo que estavam sendo vigiados e perseguidos. Em vários serviços, esse quadro agudo era erroneamente diagnosticado... [como] surto esquizofrênico. Esta Psicose Situacional Aguda, quando tratada em seu início, remitia com o emprego de baixa dosagem de antipsicótico*” (Nakagawa, 2002, p. 224).

De acordo com Nakagawa (2002), o trabalho clínico com estes migrantes retornados tem revelado também um “*quadro confusional transitório*”, desencadeado a partir da chegada ao Brasil. Este quadro transitório denominado “*Síndrome do Regresso*”, costuma se manifestar mais claramente entre pacientes que estiveram por mais de seis meses no Japão e apresenta os seguintes sintomas: “*Dispersão do pensamento; Distanciamento afetivo; Grande sensibilidade às diferenças; Tendências autodestrutivas; e Tendência a reencetar viagem ao Japão*” (Nakagawa, 2002, p.224). Ao se chegar no Brasil, a impressão que se tem é que o tempo sofreu uma brusca desaceleração, as faculdades intelectuais sofrem uma espécie de paralisia. A dispersão decorrente desta experiência gera uma série de situações. Por não conseguirem se concentrar, ou desenvolver uma linha de raciocínio, as idéias tornam-se vagas e imprecisas. No distanciamento, ou indiferença afetiva, o sujeito

parece não se importar com o que acontece ao seu redor. Em muitos casos, segundo o psiquiatra, a esposa propõe a separação conjugal, aceita pelo parceiro de modo indiferente. *“Vários trabalhadores nessa condição dizem que, por algum motivo que não conseguem identificar, se desviam automaticamente de todos os descendentes de japoneses que encontram pela frente”*. A tendência autodestrutiva leva o sujeito a investir em iniciativas inviáveis, em situações de fracasso. Acima de tudo, alerta o psiquiatra, existe *“o risco de suicídio”* (Nakagawa, 2002, p.225).

Na origem deste drama encontra-se o fenômeno da reificação dos trabalhadores, como mostra o estudo de Dejours (2000), a interiorização do condicionamento produtivo se efetiva mediante um processo de despersonalização do indivíduo. Este adestramento do corpo e da mente, à cadência da produção industrial, ocorre através da repressão das reações espontâneas, por essa razão, não existe nada mais penoso do que a adaptação a uma tarefa repetitiva. Uma vez incorporado este adestramento, basta manter a *“performance produtiva”*. A interrupção repentina da rotina de trabalho passa a representar um sério risco à estabilidade conquistada a duras penas, invalidando as defesas responsáveis pela manutenção de um quadro de *“normalidade sofrida”*.¹⁸

A compreensão desta dinâmica, entrelaçada à questão identitária, fornece algumas pistas para o desvendamento da *Síndrome do Regresso*. Como mostra Nakagawa (2002): *“Finalmente, verifica-se a tendência efetiva de, por qualquer motivo, reencetar viagem para o Japão. Para muitos, a grande desgraça é não conseguir parar com essa repetição. De não se sentir bem nem aqui e nem lá”. / “A Síndrome do Regresso tende a remitir espontaneamente e, quando os fenômenos são mais intensos, deve ser tratada em uma psicoterapia. Entretanto, é necessário no contrato da psicoterapia estabelecer um período em que o cliente deve se comprometer que não voltará para o Japão. Mesmo os clientes que inicialmente mostram aversão às coisas japonesas, passados alguns meses tendem a*

¹⁸ A organização do trabalho, comprovadamente, coloca em perigo o equilíbrio psíquico dos trabalhadores, sendo razoável se esperar que o sofrimento no trabalho gere uma série de manifestações psicopatológicas. Se o sofrimento não se faz acompanhar de descompensações psicopatológicas generalizadas, é porque contra ele o sujeito emprega “defesas” que lhe permitem controlá-lo. Existem defesas construídas e empregadas coletivamente pelos trabalhadores, contra o sofrimento imposto pela organização do trabalho. O conceito de ideologia defensiva refere-se a estas estratégias coletivas de defesa, marcadas pelas pressões reais do trabalho, ou seja, sob condições de riscos e perigos reais. Sob tais condições, se a maioria dos trabalhadores permanecem na “normalidade”, é porque recorrem a estas estratégias coletivas de defesa, desse modo, ocorre uma inversão do problema, onde o próprio estado de “normalidade” torna-se enigmático (Dejours, 2000).

aparecer no consultório com o visto no passaporte e a passagem na mão” (Nakagawa, 2002, p.225).

Dessa forma, a *Síndrome do Regresso* representa a manifestação psicopatológica de uma confluência, formada pela internalização de um intensificado condicionamento produtivo, perpassada por uma antiga reivindicação das gerações anteriores – retornar ao Japão –, transmitida à geração do presente sem o benefício de qualquer inventário. No plano consciente tudo se justifica do ponto de vista econômico, prático e da realização das necessidades materiais imediatas. Conhecer novos lugares, viver novas experiências, aprimorar o conhecimento da língua japonesa, são argumentos individuais, que apenas justificam racionalmente um impulso inscrito em regiões obscuras do inconsciente.

Parcialmente conscientes dos vínculos que norteiam este comportamento, muitos migrantes *dekassegui* perdem-se num círculo vicioso, no interior do qual o Japão se apresenta como um lugar utópico, frente à conjuntura de crise instaurada pela ordem neoliberal, sobre os chamados “países em desenvolvimento”. Dentre os jovens migrantes *dekassegui* entrevistados durante a realização deste estudo, a maioria predominante manifestou o desejo de um dia retornar novamente ao Japão. A possibilidade de superação desta “busca”, passa pela formulação consciente desta intensa ligação com todas as coisas que se referem a este lugar idealizado na memória, chamado “Japão”. Somente por meio desta formulação consciente tornar-se-á possível uma superação deste impulso.

A reconstrução da memória, na medida em que possibilita restabelecer a integridade de uma identidade social fragmentada pelo processo de modernização, permite, de um modo efetivo, re-estabelecer os nexos interrompidos entre o passado e o presente. Num plano psicológico, a rememoração na consciência das injustiças sofridas pelas gerações do passado e sua inter-relação com a condição histórica do presente torna possível a elaboração de um luto, a aceitação das perdas e o reconhecimento do novo, estruturando, assim, os meios necessários à elaboração de um salto dialético para fora deste círculo vicioso de sofrimento, exploração e dominação.

Referências Bibliográficas

BERTRAN, M. O homem clivado – a crença e o imaginário. In: *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. Silveira, P.; Doray, B. (orgs.). São Paulo: Vértice, 1989, p.15-40.

- BORGES, M. S. L. Reunidas/Dinízia: História e tramas da memória. In: SILVA, M. A. M. e SILVA, S. A. I. (orgs.). *Temas*. Araraquara, SP: UNESP-FCLCAR, 1995, p.51-88.
- CARIGNATO, T. T. *Passagem para o desconhecido: um estudo psicanalítico sobre migrações entre Brasil e Japão*. São Paulo: Via Lettera, 2002.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 158p.
- DEMARTINI, Z. Marcas da guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo. *História Oral*, no 7, São Paulo: Associação brasileira de história oral, 2004, p.145-180.
- ENNES, M. A. *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2001.
- HASHIMOTO, F. *Sol nascente no Brasil: cultura e mentalidade*. Assis: HVF Arte e Cultura, 1995. (Coleção Universidade aberta, no 8).
- HATANAKA, M. L. E. *O processo judicial da shindo-remmei*. Um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil. São Paulo: Fundação Japão, 2002, 162p.
- MENDONÇA, M. A. *Trilha forrada de folhas: Nenpuko Sato, um mestre de haikai no Brasil*. São Paulo: edições Ciências do Ocidente, 1999.
- MORAIS, F. *Corações Sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- NAKAGAWA, D. I. Migração e saúde mental. In: CARIGNATO, T. T.; ROSA, M. D.; FILHO, R. A. P.(orgs.). *Psicanálise, Cultura e Migração*. São Paulo: YM Editora e Gráfica, 2002, p.221-5.
- OLIVEIRA, A. C. Repensando a identidade dentro da emigração *dekasegui*. In: REIS, R. R. e SALES, T (org.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999. p.275-307.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, nº 10, vol. 5, 1992, p. 200-12.
- QUEIROZ, M.(org). *Roger Bastide (1898-1974): sociologia*. São Paulo; Ática, 1983.
- SAKURAI, C. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré, 1993, 112p.
- SAKURAI, C. *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*. Campinas – SP: Unicamp, 2000, 191p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Unicamp.
- SASAKI, E. M. Movimento *dekasegui*: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: SALES, T (org.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 243-74.
- SAYAD, A. *A imigração ou os Paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998. 304p.
- SEYFERTH, G. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, outubro/1994, p. 103-22.
- SEYFERTH, G. Assimilação dos imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático. *Travessia: revista do migrante*, p. 45-50, Janeiro-Abril/2000.
- SILVA, M. A. de M. e APPOLINÁRIO, A. P. *Memória Silenciada*, 2005. mimeo.
- THOMPSON, E. *Costumes em comum: Um estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAINER, C. Estado e Migração no Brasil: da Imigração à Emigração. In PATARRA, N. (org.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo: Programa internacional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil*. Vol I. São Paulo: Unicamp, 1995. p.39-52.